

**Parecer CGIM**

**Processo nº 310/2022/FMS**

**Dispensa nº 038/2022-CPL**

**Interessada:** Secretaria Municipal de Saúde.

**Assunto:** Dispensa da Licitação com base no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 viabilizando a contratação de serviços médicos emergenciais em hospital particular para atendimento do paciente que estava em risco de morte em cumprimento das obrigações impostas pelo Poder Judiciário.

RELATORA: Sr.<sup>a</sup> JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA, Controladora Geral do Município de Canaã dos Carajás – PA, sendo responsável pelo Controle Interno com Portaria nº 272/2021, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução Administrativa nº 29/TCM de 04 de Julho de 2017, que analisou integralmente o **Processo nº 242/2022/FMS – CPL** com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue.

**PRELIMINAR**

*Ab initio*, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado e registrado a cronologia dos fatos, vejamos:

O contrato assinado no dia 20 de dezembro de 2022; Enquanto que o Despacho da CPL à CGIM para análise acerca da Dispensa, fora datado no dia 20 de dezembro de 2022. Ademais, cabe ressaltar que, o prazo de análise deste Setor, em média, é de 03 a 05 dias, restando, portanto, tempo hábil de análise por este Órgão de Controle.

**RELATÓRIO**

Trata-se de procedimento licitatório deflagrado por meio de Dispensa da Licitação com base no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93, viabilizando a contratação de serviços médicos emergenciais em hospital particular para atendimento do paciente que estava em risco de morte em cumprimento das obrigações impostas pelo Poder Judiciário.

O procedimento encontra-se instruído com os documentos necessários como a Solicitação de Dispensa de Licitação (fls. 02), Justificativa (fls. 03-05), Cópia da Ação



Civil Pública (fls. 06-11), Nota Fiscal (fls.12), Cópia do Extrato Conta Paciente (fls. 13-27), Comprovante de Transferência Bancária (fls. 28-29), Cópia da Prestação de Conta Hospitalar (fls. 30-33), Cópia do Histórico Médico (fls. 34-180), Certidões de Regularidade Fiscal (fls. 181-188), Termo de Referência com Justificativa (fls. 189-192), Termo de Compromisso e Responsabilidade do Fiscal de Contrato (fls. 193), Despacho da Secretária Municipal de Saúde para providência de Existência de Crédito Orçamentário (fls. 194), Nota de Pré-Empeños (fls. 195), Declaração de Adequação Orçamentária (fls. 196), Termo de Autorização da Chefe do Executivo Municipal (fls. 197), Autuação (fls. 198), Processo Administrativo de Dispensa (fls. 199-200/verso), Decreto nº 1262/2021 - Constitui a Comissão Permanente de Licitação do Município de Canaã dos Carajás – PA (fls. 201-202), Minuta do Contrato (fls. 203-206), Despacho da CPL à PGM (fls. 207), Parecer Jurídico (fls. 208-218), Declaração de Dispensa (fls. 219), Despacho de Ratificação (fls. 220), Extrato de Dispensa de Licitação (fls. 221), Termo de Ratificação (fls. 222), Publicação do Extrato de Dispensa de Licitação (fls. 223-224), Confirmação de Autenticidade das Certidões (fls. 225-233), Convocação para assinatura do contrato e Contrato (fls. 234-236/verso) e Despacho da CPL à CGIM para análise e parecer (fls. 237).

Após análise minuciosa do processo licitatório acima referendado, a Controladoria Geral do Município de Canaã dos Carajás, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

### **ANÁLISE**

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público. Entretanto, a Constituição Federal prevê a possibilidade de exceção à regra de contratação via procedimento licitatório, senão vejamos:

*“Art. 37, XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes...”  
(grifo nosso).*

A regulamentação do referido artigo encontra-se esposada na Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

Importa no presente caso, a hipótese de dispensa de licitação, prevista taxativamente no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, onde se verifica que a competição é possível, mas sua realização inviável, por não ser oportuna e conveniente à luz do interesse público, ficando a contratação direta a cargo da discricionariedade da Administração.

A presente contratação motiva-se, em decorrência da urgência no atendimento ao paciente que tratamento intensivo hospitalar com disponibilidade de unidade de terapia intensiva (UTI), posto que, a paciente relata queda da própria altura há 10 dias, com trauma no quadril apresentando dor mais edema limitação funcional dentre outros sintomas.

Com a situação relatada ao Ministério Público do Estado do Pará – MPPA no uso de suas atribuições, por meio do Promotor de Justiça do Município de Canaã dos Carajás, promoveu Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada ao Juiz de Direito da Comarca deste Município, havendo por parte do magistrado o pleno deferimento do pleito no dia 26 de setembro de 2022, determinando a responsabilidade do Município pelo tratamento intensivo hospitalar com disponibilidade de unidade de terapia intensiva (UTI) do paciente em estado crítico de saúde e risco de morte iminente.

Devido à demora, o Município se viu na obrigação de proceder com a internação do mesmo no BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICIENTE DO PARÁ, munido de médicos especializados para o caso, Hospital esse situado no Município de Belém – PA, município mais próximo de Canaã dos Carajás com plena disponibilidade de UTI para o tratamento total do paciente.

Saliente-se que o valor total dos gastos com os tratamentos e internações será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), tendo em falta o valor a ser debitado de R\$ 3.560,97 (três mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), conforme acostado nos autos.



*In casu*, face ao exposto, restou caracterizado plenamente a real necessidade de urgência, tratando-se de paciente que estava em risco de morte e em cumprimento das obrigações impostas pelo Poder Judiciário.

É mister dizer que o estado de urgência no tratamento do paciente não poderia ficar atrelado a requisitos formais e ao rito comum dos processos de contratação da administração pública e a medida tomada pela gestão pública naquele momento salvou a vida do paciente, bem como, aliviou seus sofrimentos, amparada legalmente pela Dispensa da licitação com base no artigo 24, IV, Lei nº 8.666/93.

No entanto, em que pese a liberdade concedida, para que o Estado possa valer-se da dispensa da licitação, é necessário que haja expressa previsão legislativa. Não por outra razão é que, o art. 24 da Lei nº 8.666/93 traz um rol taxativo de trinta e cinco situações em que é dispensável a realização de certame, hipóteses que não admitem interpretações extensivas para que a obrigação de licitar seja afastada.

Dentre as hipóteses elencadas no art. 24, o inciso IV, da Lei 8.666/93, prevê que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

**IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (grifo nosso).**

Neste sentido, vale destacar o entendimento do Nobre Jurista Marçal Justen Filho:

*“No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores*



*tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.”<sup>1</sup>*

Nessa perspectiva, não há qualquer óbice quanto à contratação direta da empresa BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICIENTE DO PARÁ, pela Administração Pública, com dispensa de licitação, baseada no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, para a contratação de serviços médicos emergenciais em hospital particular para atendimento de paciente que estava em risco de morte em cumprimento das obrigações impostas pelo Poder Judiciário.

A Procuradoria Municipal emitiu parecer jurídico do referido processo opinando pela aprovação de minuta do contrato, bem como pelo prosseguimento do feito (fls. 208-218).

Em tempo, urge ressaltar que, esta Controladoria Geral Interna do Município, não tem o condão de averiguar se os preços ofertados pela empresa contratada BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICIENTE DO PARÁ são condizentes com a realidade dos valores mercadológicos praticados, sendo, para tanto, indispensável que o Ordenador de Despesa da Secretaria, ora solicitante, acautele-se no tocante aos preços a fim de não resultar em superfaturamento, com fulcro no parágrafo 2º do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Grifo nosso).

No entanto, observa-se que, embora seja uma contratação direta de empresa para atendimento de ocorrência de situação de emergência em saúde pública, necessário

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 339.

se faz a apresentação de outros orçamentos para fins de cotação e comparação de preços, comprovando cabalmente a vantajosidade da presente contratação demonstrando que os preços apresentados pela referida empresa é mais econômico do que os preços praticados no mercado.

E ainda, recomendamos que, conste no termo de referência a estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sites especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores.

Por fim, verifica-se que o Contrato nº 20228755 (fls. 235-236/verso), firmado entre as partes obedecem aos ditames da legislação pertinente e demais correlatos.

#### **CONCLUSÃO**

**FRENTE O EXPOSTO**, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, no tocante à dispensa e contratação estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Cumpra observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 24, 26, 38, 61 e demais aplicável da Lei nº 8.666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás, 20 de dezembro de 2022

  
**JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA**  
Controladora Geral do Município  
Portaria 272/2021

**DOUGLAS MARQUES DO CARMO**  
Contador Geral  
Portaria no 062/2019-GP